

DÓLAR: R\$ 3,111 (-0,03%)

BOVESPA: 20.283 (-0,80%)

DOW: 10.432,52 (+0,40%)

NASDAQ: 2.023,53 (+0,14%)

S&amp;P: 1.142,18 (+0,15%)

Economia - Brasil

## Palocci e Dirceu divergem sobre juros

27



**BRASÍLIA** – A política econômica mais uma vez pôs em campos opostos os dois principais integrantes do primeiro escalão do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Um dia depois de o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmar que “os juros já cumpriram seu papel” na retomada do crescimento e que agora é necessário priorizar a agenda de reformas microeconômicas, seu colega José Dirceu, chefe da Casa Civil, disse que o país precisa urgentemente de taxas de juros menores. As divergências foram expostas no seminário Agenda para o Desenvolvimento Sustentável da Infra-Estrutura, promovido pela Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), com participação maciça de representantes do governo.

“O país precisa de juros mais baixos, sabemos que não temos desvios nesse caminho, que tem que ser persistente, de reduzir os juros”

JOSÉ DIRCEU  
CHEFE DA CASA CIVIL

“Não diria que são intrigas. Às vezes, tem gente que gosta de ver as diferenças maiores do que elas são, maiores do que elas parecem ser”

ANTONIO PALOCCI  
MINISTRO DA FAZENDA



Brasília - AB

**B**RASÍLIA – O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o chefe da Casa Civil, José Dirceu, se desencontraram durante o evento da Abdib. Dirceu falou antes e elogiou a condução da economia pelo colega, mas pediu o relaxamento da política monetária e disse que o país vive situação “esquizofrênica”.

– O país precisa de juros mais baixos. Sabemos também que não temos desvios, atalhos nesse caminho, que tem que ser persistente, de reduzir os juros – afirmou, ressaltando que Palocci tem conduzido a economia brasileira ao porto seguro da estabilidade, chave para a retomada do crescimento, mas ainda assim insuficiente. – O Brasil tem condições para se de-

senvolver, mas não consegue romper o círculo vicioso de estagnação.

No centro da discordia, está a taxa básica de juros (Selic), congelada pelo Banco Central em 16% ao ano, devido às “incertezas do cenário externo”. Economistas avaliam que a taxa poderia ser bem mais baixa, sem prejuízo à estabilidade, o que aumenta a pressão sobre a cautelosa condução da política econômica.

Apesar de não presenciar seu discurso, Palocci pareceu responder ao chefe da Casa Civil, pouco depois, ao ressaltar sua importância para o equilíbrio econômico. E fez questão de negar desavenças em relação à economia.

– Não diria que são intrigas. Às ve-

zes, tem gente que gosta de ver as diferenças maiores do que elas são, maiores do que elas parecem ser – afirmou Palocci.

Outro que aproveitou o evento para criticar a elevada taxa básica foi o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa. Ele defendeu ainda uma queda agressiva da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP, referência para empréstimos a empresas), hoje em 9,75% ao ano.

Durante o evento da Abdib, os empresários não pouparam críticas ao governo. Reclamaram da falta de clareza dos marcos regulatórios e da elevada carga tributária. Segundo o empresário da Alstom e vice-presidente

da Abdib, José Luiz Alquérez, o governo tem que aprender a gastar melhor os poucos recursos que têm e reabilitar a poupança do setor público.

Palocci e o ministro do Planejamento, Guido Mantega, saíram em defesa do governo e ressaltaram que os investimentos da iniciativa privada são essenciais para a retomada do crescimento. Segundo Palocci, os projetos que tratam da reforma microeconômica e estão aguardando aprovação do Congresso não são fundamentais apenas para o crescimento deste ano e sim para os próximos.

– O crescimento deste ano está praticamente dado. Agora, elas (reformas microeconômicas) são essenciais se queremos que o Brasil cresça por

10 ou 12 anos e não apenas por um ano e espere a próxima crise – afirmou Palocci.

Palocci disse que não é possível contar com as instituições públicas para resolver todos os problemas do país. Se tiver que suprir todas as necessidades, a carga tributária não vai cair e sim ser elevada ainda mais. Se o governo quiser gerar um milhão de empregos por decreto, afirmou, terá que aumentar a carga tributária.

Mantega acrescentou que, como o setor público não tem dinheiro para investir, cabe ao governo estimular os investimentos privados. Uma das maneiras é tornar a aplicação rentável.

Edna Simão